

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.695 - SP (2019/0300696-2)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
SUSCITANTE : PDG REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SUSCITANTE : ASACORP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : EDUARDO LUIZ BROCK E OUTRO(S) - SP091311
YUN KI LEE - SP131693
FABIO RIVELLI - SP297608
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 6A UNIDADE JURISDICIONAL CÍVEL DE BELO HORIZONTE - MG
INTERES. : GILBERTO LOPES PACHECO

DESPACHO

Vistos etc.

Trata-se de conflito de competência, com pedido liminar, suscitado por PDG REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES, ASACORP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA e OUTROS, todos em recuperação judicial, em face do JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO - SP, no qual tramita os autos da recuperação judicial, e do JUÍZO DE DIREITO DA 6A UNIDADE JURISDICIONAL CÍVEL DE BELO HORIZONTE - MG, no qual tramita demanda movida por GILBERTO LOPES PACHECO.

Nos termos do art. 953, parágrafo único, do CPC/2015, para o deslinde da controvérsia posta, é necessária a devida instrução do conflito de competência, com a juntada de peças indispensáveis, como a decisão proferida pelo juízo mineiro, além do andamento processual atualizado do processo de recuperação judicial, incluindo a informação da exclusão ou não da suscitante do PRJ, tendo em vista a recente notícia de que todos os empreendimentos com patrimônio de afetação o foram.

Ante o exposto, intime-se a suscitante, com urgência, para que, no prazo

Superior Tribunal de Justiça

de 05 (cinco) dias, se manifeste sobre o andamento da recuperação e encaminhe cópias legíveis das peças referidas acima, além de outras que considere necessárias para o deslinde da questão, sob pena de indeferimento liminar do incidente, nos termos do art. 321, *caput* e parágrafo único, do Código de Processo Civil/2015.

Após, retornem os autos conclusos para apreciação do pedido liminar.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

